

TEXTO
**“PROPOSIÇÃO PARA MUDAR A ANÁLISE DE CONJUNTURA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA BRASILEIRA”**

MANOEL VITAL DE CARVALHO FILHO
Diretor de Fomento à Economia Solidária
Senaes/MTE

A Política de Economia Solidária no Brasil vem seguindo um importante “rito” de concepção e formalização. Ainda no governo Lula houve um grande estímulo à participação da sociedade civil via Conferências Nacionais de Economia Solidária. Essas conferências geraram importantes documentos que apresentam diretrizes e elementos de grande relevância que ajudam os gestores públicos na formulação de suas políticas locais ou nacionais.

Podemos dizer que a política de Economia Solidária no Brasil está no rumo de sair de patamar de política de governo para se efetivar como política de Estado, uma vez que a relação de parceria que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) passou a desenvolver com poderes públicos municipais e estaduais está possibilitando abrir um flanco de influência maior tanto em marcos regulatórios, como na definição, aperfeiçoamento e fortalecimento de estruturas governamentais, desenhos e instrumentos da política em diversos municípios e estados brasileiros.

Isto, sobretudo, numa relação de aproximação entre as estruturas governamentais e o movimento de economia solidária brasileira e num contexto de oportunidade de execução de um conjunto de atividades que hoje integram a plataforma de demandas do movimento.

Nessa conjuntura, dois desafios estão postos. O primeiro deles é como ampliar as estruturas físicas, humanas e de logística dos entes que hoje fazem a política de economia solidária. Ou seja, como ampliar quadros e estruturas nos governos, nos conselhos municipais e estaduais, nos fóruns e articulações de economia solidária.

Um segundo desafio, diz respeito à relação da Economia Solidária com a bandeira central do governo federal que é a superação da pobreza extrema no Brasil, ou seja, sua capacidade de dar resposta as metas do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), articulando isso à consolidação de um novo modelo de desenvolvimento em bases justas, solidárias e sustentáveis. Como dar escala a ação de Economia Solidária chegando ao público do BSM? Esse tem sido um questionamento freqüente no seio do movimento e do governo. Como sair da escala de milhares e passar para milhões em número de pessoas e famílias que encontram na organização coletiva e autogestionária sua forma de emancipação econômica e inclusão social?

Estamos iniciando na Senaes um debate que pode ampliar significativamente os números de famílias organizadas em Empreendimentos Econômicos Solidários de maneira a somar esforços com o MDS, que vem coordenando as ações do BSM.

A idéia básica consiste em mapear um conjunto de demandas e oportunidades existentes e cruzar com o interesse das famílias caracterizadas como em condição de extrema pobreza, desenvolvendo com estas um conjunto de ferramentas de apoio que possibilite sua organização para a oferta de bens e serviços à demanda mapeada.

Na Busca Ativa através dos CRAS é possível obter a localização e cadastramento das famílias. Na rota de inclusão prevista, após o cadastro é feita uma triagem a partir da qual as pessoas são encaminhadas a processos de qualificação profissional via PRONATEC. Uma vez

qualificadas, esses beneficiários podem ser encaminhados ao sistema público de emprego, através do SINE, ou podem ainda ser encaminhados ao SEBRAE, caso seu desejo seja a constituição de empreendimentos individuais.

Observamos que a lacuna no desenho do Plano BSM diz respeito exatamente aqueles que tem desejo ou interesse de trabalharem de forma associativa, autogestionária, solidária. Para esse público específico, faltam respostas fundamentais: Para onde encaminhá-los? Quais oportunidades de mercado estão abertas e disponíveis para que consigam organizar e consolidar um empreendimento econômico solidário (EES)? Como estruturar um EES? Quais políticas de apoio precisam e efetivamente disponibilizam?

Nesse sentido, vimos estudando e desenhando um conjunto de proposições. Do que temos até agora, algo que seria pertinente parece-nos ser iniciar mapeando demandas e oportunidades de trabalho e renda a partir de quatro fontes iniciais:

- ✓ O governo e sua capacidade de compra
- ✓ As centrais sindicais e as empresas com as quais se articulam
- ✓ Redes de ensino ligadas as instituições religiosas
- ✓ Setor empresarial organizado em iniciativas de responsabilidade social

O pressuposto é que esses setores têm demanda constante por um conjunto de bens e serviços que poderiam efetivamente serem ofertados pelas famílias do BSM, oportunizando num curto tempo oportunidade de geração de trabalho e renda para as mesmas. A questão então é: como mapear e estabelecer um processo de negociação e pactuação onde uma parte desta demanda fosse destinada a bens e serviços de EES constituídos pelas famílias do BSM, a partir de um período pré-estabelecido e de todo um arranjo governamental que assegure a organização desses EES e a entrega de suas produções?

Imaginemos, por exemplo, uma pequena parcela das empresas cujos funcionários são filiados a CUT e mantém uma boa relação com seus Sindicatos. Quantas refeições essas empresas oferecem por mês, adquirindo produtos que envolvem desde a produção da agricultura familiar até produtos de panificação e outros? Além de gêneros alimentícios, quanto de material de higiene e limpeza essas empresas compram anualmente?

Imaginem se negociarmos que, após um período de organização e qualificação dos EES, uma parte disso fosse oferecida pelas famílias do BSM de forma autogestionária, associativa, cooperativa. E se as redes de ensino ligadas as instituições religiosas, além de tudo isso (alimento, material de limpeza, etc) também precisarem de fardamento, material didático e esportivo e isso fosse também negociado para os EES?

O que precisamos e estamos estudando, portanto, é de uma política que faça:

- ✓ O mapeamento da demanda de mercado
- ✓ A negociação do tempo e do volume da oferta
- ✓ A preparação do público para conseguir efetivamente suprir esse mercado

Como já mencionamos, essa proposta necessita estar em sinergia com a política em curso coordenada pelo MDS em parceria com demais segmentos do governo. Portanto, uma vez detectada a demanda de mercado e estabelecidos acordos mínimos com os segmentos demandantes, articularíamos os CRAS com um papel muito mais proativo no estímulo a Economia Solidária. O processo de triagem das famílias cadastradas já verificaria anseios, desejos, vocações daquelas interessadas em seguir o caminho específico da organização autogestionária.

A partir desse momento se iniciaria o processo de preparação dessas famílias para aperfeiçoamento e ampliação de EES já existentes ou constituição de novos empreendimentos. Desse trabalho, resultaria, por exemplo, um PRONATEC¹ recebendo da economia solidária uma demanda efetiva de processos formativos que já preparam as pessoas para as oportunidades concretas que já lhes estão reservadas.

Paralelamente a formação profissional, já se iniciaria a organização do assessoramento técnico necessário e a elaboração do projeto executivo do empreendimento econômico solidário. O assessoramento para planejamento e execução dos empreendimentos pode vir a ser assumidos tanto por organizações da sociedade civil que acumularam expertises nessa área, como por incubadoras tecnológicas das Universidades e Institutos Federais.

Fundamental também é a aquisição dos espaços, maquinários e equipamentos necessários aos EES. Da mesma forma, insumos fundamentais como capital de giro e logística de distribuição dos produtos e serviços também devem ser incluídos no programa, bem como ser assegurada uma coordenação que possa acompanhar os avanços dos EES e os acordos com as instituições demandantes.

De posse desses elementos estruturantes da política de inclusão das famílias do Brasil Sem Miséria nesses mercados pré-negociados, com uma boa coordenação e participação dos diversos atores que aportarão os processos supracitados, vemos claramente uma grande possibilidade de ampliar o número empreendimentos econômicos solidários com êxito na emancipação econômica e na inclusão social das pessoas.

Quanto melhor for a negociação com os segmentos demandantes de bens e serviços; quanto melhor e mais integrada for a política de apoio a organização produtiva das pessoas em empreendimentos econômicos solidários, maior poderá ser o número de famílias incluídas no mundo do trabalho e construindo outra realidade brasileira.

Essa é uma primeira idéia, que precisa ser melhor detalhada, articulada, negociada, tanto no governo quanto com rede de demandantes e público beneficiário. Mas já é um caminho que pode ser seguido na crença de que uma nova economia e um novo desenvolvimento é possível, desde que a solidariedade e a cooperação se estenda aos diversos setores.

Como diria nosso mestre Paul Singer, ninguém constrói a pobreza sozinho, e ninguém portanto é capaz de sozinho superá-la.

¹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Governo Federal, criado em 2011 e coordenado pelo MEC, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, em especial para atendimentos a famílias inseridas no Plano Brasil Sem Miséria.